

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO
DO RIO GRANDE DO NORTE - CAU/RN

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO NORTE - CAU/RN

Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho Federal e ao Conselho Diretor
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Norte - CAU/RN
Natal - RN

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Norte - CAU/RN ("Entidade" ou "Conselho") que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais Notas Explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Norte - CAU/RN em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações, as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Entidades do Setor Público (NBCASP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para Nota Explicativa nº 3, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente o sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades do Setor Público (NBCASP), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 10 de abril de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - RN



Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 - S - RN

CAU - RN

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Rio Grande do Norte

CNPJ: 14.829.126/0001-88

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Balanco Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2016 à 31/12/2016

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	816.611,42	1.313.559,19	PASSIVO CIRCULANTE	62.974,04	87.340,31
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	623.069,05	472.264,62	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	179.418,40	837.293,86	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	14.123,97	4.000,71	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	3.735,98	13.596,19
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	59.046,36	69.129,52
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	924.329,76	960.684,34	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	191,70	4.614,60
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	924.329,76	960.684,34	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	124.923,92	113.764,93	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	894.999,86	894.999,86	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	95.594,02	48.080,45	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	62.974,04	87.340,31

PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	1.677.967,14	2.186.903,22
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.677.967,14	2.186.903,22
TOTAL	1.740.941,18	2.274.243,53	TOTAL	1.740.941,18	2.274.243,53
ATIVO FINANCEIRO	623.069,05	472.264,62	PASSIVO FINANCEIRO	62.974,04	87.340,31
ATIVO PERMANENTE	1.117.872,13	1.801.978,91	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				1.677.967,14	2.186.903,22

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo do Atos Potenciais Ativos			Saldo do Atos Potenciais Passivos		
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	560.095,01	384.924,31

Natal-RN, 31 de dezembro de 2017

Patricia Silva Luz de Macedo
Presidente

390.100.824-15

Maria Cele Fernandes
Contadora
1-RN-004098/O-0
150.587.004-68

CAU - RN

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Rio Grande do Norte

CNPJ: 14.829.126/0001-88

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	1.348.609,60	1.194.306,74	Despesa Orçamentária	1.173.357,71	1.028.341,84
RECEITA REALIZADA	1.348.609,60	1.194.306,74	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	1.735,98	11.596,19
RECEITA CORRENTE	1.348.609,60	1.194.306,74	CREDITO EMPENHADO – PAGO	1.171.621,73	1.016.745,65
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	646.197,20	529.603,99	DESPESA CORRENTE	1.160.462,74	987.786,79
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	646.197,20	529.603,99	PESSOAL	637.157,58	553.694,78
ANUIDADES	646.197,20	529.603,99	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	64.777,81	51.041,61
RECEITA PATRIMONIAL	38.495,62	47.125,32	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA/FÍSICA	266.855,35	206.143,25
Receita de Aplicação Financeira	38.495,62	47.125,32	ENCARGOS DIVERSOS	32.600,00	25.314,25
RECEITA DE SERVIÇOS	573.245,11	558.783,56	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	159.072,00	149.807,00
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	2.728,46		DESPESA DE CAPITAL	11.158,99	28.958,86
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	570.516,65	558.783,56	INVERSÕES FINANCEIRAS	11.158,99	
FINANCEIRAS	72.403,00		INVESTIMENTOS		13.959,00
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	40.684,31		AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		14.999,86
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	31.718,69		MATERIAL DE CONSUMO		1.785,90
MULTAS SOBRE ANUIDADES	31.718,69				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18.268,67	58.793,87			
MULTAS DE INFRAÇÕES	1.895,64	55.467,56			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.290,29	1.397,94			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	12.082,74	1.928,37			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	1.870.905,79	1.591.121,07	Pagamentos Extraorçamentários	1.895.353,25	1.744.875,68
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.735,98	11.596,19	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	11.596,19	181.935,91
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	94.356,10	76.590,05	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	98.779,00	71.975,45
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.774.813,71	1.502.934,83	Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.784.978,06	1.490.964,32
Saldo em espécie do Exercício Anterior	472.264,62	460.054,33	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	623.069,05	472.264,62
Caixa e Equivalente de Caixa	472.264,62	460.054,33	Caixa e Equivalente de Caixa	623.069,05	472.264,62
Depósitos. Rest. Vlr Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr Vinculados		
Total:	3.691.780,01	3.245.482,14		3.691.780,01	3.245.482,14

Natal-RN, 31 de dezembro de 2017

Patricia Silva Luz de Macedo
Presidente

390.100.824-15

Maria Cele Fernandes
Contadora
1-RN-004098/O-0
150.587.004-68

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	1.394.227,00	1.317.300,50	1.348.609,60	31.309,10
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	665.819,00	713.464,00	646.197,20	-67.266,80
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	665.819,00	713.464,00	646.197,20	-67.266,80
ANUIDADES	665.819,00	713.464,00	646.197,20	-67.266,80
RECEITA PATRIMONIAL	30.000,00	47.142,31	38.495,62	-8.646,69
Receita de Aplicação Financeira	30.000,00	47.142,31	38.495,62	-8.646,69
RECEITA DE SERVIÇOS	698.408,00	544.963,00	573.245,11	28.282,11
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	0,00	0,00	2.728,46	2.728,46
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	698.408,00	544.963,00	570.516,65	25.553,65
FINANCEIRAS	0,00	0,00	73.602,30	73.602,30
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	0,00	0,00	40.684,31	40.684,31
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	0,00	32.917,99	32.917,99
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	1.199,30	1.199,30
MULTAS SOBRE ANUIDADES	0,00	0,00	31.718,69	31.718,69
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	11.731,19	17.069,37	5.338,18
MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	696,34	696,34
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	4.290,29	4.290,29
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	11.731,19	12.082,74	351,55
RECEITA DE CAPITAL	200.000,00	230.000,00	0,00	-230.000,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL			200.000,00	230.000,00	0,00	-230.000,00		
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE			200.000,00	230.000,00	0,00	-230.000,00		
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	0,00	0,00	0,00		
SUB-TOTAL DAS RECEITAS			1.594.227,00	1.547.300,50	1.348.609,60	-198.690,90		
DÉFICIT			0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL			1.594.227,00	1.547.300,50	1.348.609,60	-198.690,90		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPEZA CORRENTE			1.363.011,65	1.316.131,06	1.162.198,72	1.162.198,72	1.160.462,74	153.932,34
PESSOAL			779.178,63	717.954,05	637.157,58	637.157,58	637.157,58	80.796,47
PESSOAL E ENCARGOS			764.178,63	691.842,44	611.736,48	611.736,48	611.736,48	80.105,96
DIÁRIAS			15.000,00	26.111,61	25.421,10	25.421,10	25.421,10	690,51
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			50.600,00	76.356,00	64.777,81	64.777,81	64.777,81	11.578,19
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS			30.600,00	23.224,00	11.649,04	11.649,04	11.649,04	11.574,96
DIÁRIAS			20.000,00	53.132,00	53.128,77	53.128,77	53.128,77	3,23
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA/FÍSICA			330.945,67	315.862,80	268.591,33	268.591,33	266.855,35	47.271,47
SERVIÇOS DE CONSULTORIA			55.383,48	47.937,74	46.937,74	46.937,74	46.937,74	1.000,00
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO			9.000,00	9.489,96	3.403,44	3.403,44	3.019,44	6.086,52
MANUTENÇÃO SISTEMAS INFORMATIZADOS			6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS			225.562,19	217.068,96	181.141,39	181.141,39	179.789,41	35.927,57
PASSAGENS			35.000,00	41.366,14	37.108,76	37.108,76	37.108,76	4.257,38
ENCARGOS DIVERSOS			42.000,00	45.717,21	32.600,00	32.600,00	32.600,00	13.117,21
ENCARGOS DIVERSOS			42.000,00	45.717,21	32.600,00	32.600,00	32.600,00	13.117,21
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			160.287,35	160.241,00	159.072,00	159.072,00	159.072,00	1.169,00
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF			159.072,00	159.072,00	159.072,00	159.072,00	159.072,00	0,00
CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO			1.215,35	1.169,00	0,00	0,00	0,00	1.169,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	230.000,00	230.000,00	11.158,99	11.158,99	11.158,99	218.841,01
INVERSÕES FINANCEIRAS	85.000,00	85.000,00	11.158,99	11.158,99	11.158,99	73.841,01
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	85.000,00	85.000,00	11.158,99	11.158,99	11.158,99	73.841,01
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	145.000,00	145.000,00	0,00	0,00	0,00	145.000,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	145.000,00	145.000,00	0,00	0,00	0,00	145.000,00
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	1.215,35	1.169,44	0,00	0,00	0,00	1.169,44
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	1.594.227,00	1.547.300,50	1.173.357,71	1.173.357,71	1.171.621,73	373.942,79
SUPERÁVIT	0,00	0,00	175.251,89	0,00	0,00	-175.251,89
TOTAL	1.594.227,00	1.547.300,50	1.348.609,60	1.173.357,71	1.171.621,73	198.690,90

Natal-RN, 31 de dezembro de 2017

Patricia Silva Luz de Macedo
Presidente

390.100.824-15

Maria Cele Fernandes
Contadora
1-RN-004098/O-0
150.587.004-68

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.611.688,89	1.958.999,65	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.535.535,51	1.043.552,32
CONTRIBUIÇÕES	906.647,91	1.290.889,52	PESSOAL E ENCARGOS	601.653,32	557.395,43
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	906.647,91	1.290.889,52	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	601.653,32	556.735,43
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	906.647,91	1.290.889,52	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	601.653,32	556.735,43
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	573.245,11	558.783,56	BENEFÍCIOS A PESSOAL	0,00	660,00
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	573.245,11	558.783,56	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	0,00	660,00
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	573.245,11	558.783,56	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	407.102,46	311.496,49
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	112.097,92	47.125,32	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	0,00	1.785,90
JUROS E ENCARGOS DE MORA	41.883,61	0,00	CONSUMO DE MATERIAL	0,00	1.785,90
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	41.883,61	0,00	SERVIÇOS	359.588,89	282.144,11
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	70.214,31	47.125,32	DIARIAS	78.549,87	68.994,91
MULTAS SOBRE ANUIDADES	70.214,31	47.125,32	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	48.757,80	31.702,77
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	19.697,95	62.201,25	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	192.492,40	181.446,43
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	12.082,74	1.928,37	CONTRATO DE TERCEIRIZACAO POR SUBSTITUICAO DE MAO DE OBRA - ART 18 § 1, LC 101	39.788,82	0,00
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	12.082,74	1.928,37	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	47.513,57	27.566,48
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	7.615,21	60.272,88	DEPRECIACAO	47.513,57	27.566,48
MULTAS ADMINISTRATIVAS	696,34	55.467,56	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	31.801,35	24.853,40
INDENIZAÇÕES	6.918,87	4.805,32	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31.801,35	24.853,40
			OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	31.801,35	24.853,40
			TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	159.072,00	149.807,00
			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	159.072,00	149.807,00
			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	159.072,00	149.807,00
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	335.906,38	0,00
			REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	335.906,38	0,00
			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CREDITOS	335.906,38	0,00

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
Total das Variações Ativas :	1.611.688,89	1.958.999,65	Total das Variações Passivas :	1.535.535,51	1.043.552,32
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	76.153,38	915.447,33
Total	1.611.688,89	1.958.999,65	Total	1.611.688,89	1.958.999,65

Natal-RN, 31 de dezembro de 2017

 Patricia Silva Luz de Macedo
 Presidente

390.100.824-15

 Maria Cele Fernandes
 Contadora
 1-RN-004098/O-0
 150.587.004-68

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	1.348.609,60	1.194.306,74
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	646.197,20	529.603,99
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	646.197,20	529.603,99
ANUIDADES	646.197,20	529.603,99
RECEITA PATRIMONIAL	38.495,62	47.125,32
Receita de Aplicação Financeira	38.495,62	47.125,32
RECEITA DE SERVIÇOS	573.245,11	558.783,56
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	2.728,46	0,00
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	570.516,65	558.783,56
FINANCEIRAS	72.403,00	0,00
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	40.684,31	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	31.718,69	0,00
MULTAS SOBRE ANUIDADES	31.718,69	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18.268,67	58.793,87
MULTAS DE INFRAÇÕES	1.895,64	55.467,56
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.290,29	1.397,94
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	12.082,74	1.928,37
OUTROS INGRESSOS	1.869.169,81	1.579.524,88
DESEMBOLSOS		
CREDITO EMPENHADO – PAGO	1.171.621,73	1.016.745,65
DESPESA CORRENTE	1.160.462,74	987.786,79
PESSOAL	637.157,58	553.694,78
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	64.777,81	51.041,61
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA/FÍSICA	266.855,35	206.143,25
ENCARGOS DIVERSOS	32.600,00	25.314,25
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	159.072,00	149.807,00
MATERIAL DE CONSUMO	0,00	1.785,90
OUTROS DESEMBOLSOS	1.895.353,25	1.744.875,68
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	161.963,42	41.169,15
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
INVESTIMENTOS	0,00	13.959,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	11.158,99	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	14.999,86
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-11.158,99	-13.959,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	14.999,86
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	-14.999,86
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		

GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	150.804,43	12.210,29
--	------------	-----------

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	472.264,62	460.054,33
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	623.069,05	472.264,62

Natal-RN, 31 de dezembro de 2017

Patricia Silva Luz de Macedo
Presidente

390.100.824-15

Maria Cele Fernandes
Contadora

1-RN-004098/O-0

150.587.004-68

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em de Reais)

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Norte - CAU RN, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado a Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral, Resolução CAU BR nº 033/2012. A Entidade goza de isenção tributária, com base na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB de 1988 art. 150 Inciso VI.

O Conselho está localizado na Rua Conselheiro Morton Faria, 1440, Lagoa Nova, cep: 50.075-730.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 08), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de clientes (Nota 06) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 11). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em de Reais)

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Contas a receber de anuidades

As contas a receber de anuidades são inicialmente reconhecidas pelo valor estimado em proposta orçamentária referente a previsão de receitas dos profissionais ativos no banco de dados do CAU BR, entretanto, os valores são ajustados aos valores efetivamente realizados/arrecadados ao final do encerramento do exercício. Quando há necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos, a administração realiza uma análise individualizado de cada caso.

3.2.1 Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa

a) Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/RN procedeu a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa ao encerramento do exercício de 2017.

b) Base de mensuração - Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores do exercício corrente, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017.

c) Julgamento pela aplicação - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/RN, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

d) Reflexo patrimonial comparativo

	2017	2016
Créditos de Anuidades	1.099.377,52	321.313,94
(-) Perdas de Devedores Duvidosos	(919.959,12)	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em de Reais)

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados preponderantemente pelo almoxarifado de materiais.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Valor Residual</u>
Edificações	10%
Benfeitorias	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	10%
Instalações	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em de Reais)

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 11.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em de Reais)

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações contábil podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 05, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 06.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em de Reais)

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	-	-
Banco conta movimento	-	-
Aplicações financeiras	623.069,05	472.264,62
	<u>623.069,05</u>	<u>472.264,62</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de anuidades

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas a receber de anuidades	1.099.377,52	321.313,94
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(919.959,12)	-
	<u>179.418,40</u>	<u>321.313,94</u>

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A vencer	-	-
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	1.099.377,52	321.313,94
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(919.959,12)	-
	<u>179.418,40</u>	<u>321.313,94</u>

A Entidade não registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em de Reais)

7. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

	2016	2017
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	120,11	2.500,00
Tributos a Recuperar/Compensar	-	1.082,05
Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos	3.880,60	10.541,92
	<u>4.000,71</u>	<u>14.123,97</u>

8. Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2017	2016
Imóveis	880.000,00	(52.682,44)	827.317,56	862.517,40
Instalações	800,00	(294,00)	506,00	578,00
Móveis e utensílios	76.889,23	(19.243,77)	57.645,46	54.294,23
Equipamentos de informática	33.289,80	(18.145,52)	15.144,28	18.986,96
Benfeitorias em imóveis próprios	14.999,86	(864,00)	14.135,86	14.711,86
Máquinas e Equipamentos	13.944,89	(4.364,29)	9.580,60	9.595,89
Total	<u>1.019.923,78</u>	<u>(95.594,02)</u>	<u>924.329,76</u>	<u>960.684,34</u>

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano. Conforme nota nº 3.4.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

Controladora	31.12.2016	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2017
Imóveis	880.000,00	-	-	(52.682,44)	827.317,56
Instalações	800,00	-	-	(294,00)	506,00
Móveis e utensílios	67.389,23	9.500,00	-	(19.243,77)	57.645,46
Equipamentos de informática	32.825,80	464,00	-	(18.145,52)	15.144,28
Benfeitorias em imóveis próprios	14.999,86	-	-	(864,00)	14.135,86
Máquinas e Equipamentos	12.749,90	1.194,99	-	(4.364,29)	9.580,60
Total	<u>1.008.764,79</u>	<u>11.158,99</u>	<u>-</u>	<u>(95.594,02)</u>	<u>924.329,76</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em de Reais)

9. Fornecedores a pagar

	2017	2016
Restos a pagar	3.735,98	13.596,19
	<u>3.735,98</u>	<u>13.596,19</u>

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
A vencer	-	-
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	3735,98	13596,19
	<u>3.735,98</u>	<u>13.596,19</u>

10. Provisão a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo

	2017	2016
Provisão para férias e encargos sociais	59.046,36	69.129,52
INSS	21,51	3.280,72
IRRF a recolher	43,96	43,96
ISS	0,01	448,10
IRRF/COFINS/CLSS/PIS A RECOLHER	-	456,72
Contribuição Sindical - Anual	126,22	-
Outros Valores Restituíveis A	-	385,10
Provisão para férias e encargos sociais	59.046,36	69.129,52
	<u>59.238,06</u>	<u>73.744,12</u>

11. Provisão para riscos processuais

a. Natureza das contingências

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em de Reais)

- b. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço
Em 31 de dezembro de 2017, não houve causas trabalhistas e cíveis.

12. Partes relacionadas

A entidade em 31 de dezembro de 2017 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

13. Despesas por natureza

<u>Classificação por natureza</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Depreciação e amortização	47.513,57	27.566,48
Despesas com pessoal	467.970,15	425.061,86
Despesas com contratação de terceiros	243.930,26	311.496,49
Impostos, taxas e contribuições	165.484,52	131.673,57
Outras receitas e despesas	115.658,63	62.201,25
	<u>1.040.557,13</u>	<u>957.999,65</u>

14. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

<u>Resultado Patrimonial</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.611.688,89	1.958.999,65
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(1.535.535,51)	(1.043.552,32)
(=) Superávit Patrimonial apurado	<u>76.153,38</u>	<u>915.447,33</u>
<u>Resultado Orçamentário</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita Orçamentária Arrecadada	1.348.609,60	1.194.306,74
(-) Despesas Empenhadas	(1.173.357,71)	(1.028.341,84)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	<u>175.251,89</u>	<u>165.964,90</u>
<u>Resultado Financeiro</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo Disponível Apurado	623.069,05	472.264,62
(-) Passivo Financeiro	(62.974,04)	(87.340,31)
(=) Superávit Financeiro Apurado	<u>560.095,01</u>	<u>384.924,31</u>

15. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em de Reais)

16. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

Natal/RN, 10 de abril de 2018.